

TERRITÓRIO, RESISTÊNCIA E AGROECOLOGIA: A LUTA KAINGANG PELA TERRA INDÍGENA SERRINHA COMO PRÁXIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Gilmar José Schons¹

Juçara Spinelli²

Marlon Brandt³

Palavras-chave: Estágio de Docência; Geografia; Natureza; Saber Ambiental; Trabalho de Campo.

INTRODUÇÃO

A história da Terra Indígena Serrinha, no Rio Grande do Sul, constitui um microcosmo que reflete a brutalidade do processo colonizatório brasileiro e, simultaneamente, a potência da resistência dos povos originários. Este resumo expandido, pautado em trabalho de campo desenvolvido em Estágio de Docência do Mestrado em Geografia da UFFS na disciplina Planejamento Territorial (do curso de Bacharelado em Geografia), tem como objetivo articular a luta do povo Kaingang pela retomada de seu território com as urgências da Educação Ambiental Crítica, sinalizadas por Guimarães (2004), e da agroecologia, dialogando com pensadores que, de diferentes perspectivas, apontam para a necessidade de, como assinala Ailton Krenak (2019), “adiar o fim do mundo”. A relevância deste trabalho reside na discussão de alternativas concretas de gestão territorial e ambiental que confrontam a lógica predatória do capital, propondo

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e-mail: gilmar.schons@estudante.uffs.edu.br.

2 Doutora em Geografia e Mestra em Planejamento Urbano e Regional, Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e-mail: jucara.spinelli@uffs.edu.br.

3 Doutor em História e Mestre em Geografia, Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e-mail: marlon.brandt@uffs.edu.br.

caminhos alinhados à soberania alimentar, à autonomia comunitária e à valorização dos saberes ancestrais. A abordagem adotada baseia-se em pesquisa teórica e estudo de caso, ancorada em referencial da Educação Ambiental Crítica, da agroecologia e do pensamento indígena, com ênfase na experiência da Terra Indígena Serrinha e na criação do Grupo de Agroecologia Kaingang Sebastião Pinheiro.

DESENVOLVIMENTO

A Terra Indígena Serrinha, atualmente reduzida a aproximadamente 12 mil hectares (Instituto Socioambiental, 2026), é o resíduo de um processo histórico de espoliação territorial que remonta ao século XIX, quando o governo imperial demarcou 420 mil hectares para os Kaingang em 1856. Tal ato, no entanto, foi apenas o prelúdio de uma sucessão de reduções violentas: em 1911, o território foi fragmentado para 11.950 hectares e, entre as décadas de 1940 e 1960, a reserva foi extinta e as famílias Kaingang foram expulsas e transportadas para Nonoai (Representantes das famílias Kaingang banidas da Serrinha, 1996; Belfort, 2011). Esse ciclo de violência territorial inscreve-se na política colonialista de “subjugação e integração” dos povos indígenas (Souza Filho, 2009) e evidencia a distância entre o reconhecimento nominal dos direitos territoriais e sua efetivação prática (Cunha, 1987).

Essa dinâmica de opressão reflete o que Ailton Krenak (2019) denomina como a lógica do “povo da mercadoria”, que vê as florestas e a terra como insumos a serem explorados. É a mesma racionalidade que, para Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), representa a “queda do céu”: um colapso cósmico e social provocado pela ganância dos homens brancos. A partir da Constituição de 1988 e de um longo processo judicial, os Kaingang iniciaram a retomada de seu território, expulsando os não-indígenas que o ocupavam ilegalmente. Essa retomada é, para além da recuperação do espaço físico, a reconquista da possibilidade de “ser e estar com o mundo”, como defende Paulo Freire (1987, 2000).

A luta dos Kaingang pela Serrinha dialoga profundamente com o conceito de “saber ambiental” proposto por Enrique Leff (2012), que argumenta ser necessária uma epistemologia política que almeje dar sustentabilidade à vida e transformar as relações entre os seres humanos e o mundo a partir dos potenciais ecológicos e da criatividade cultural dos povos. A Terra Indígena Serrinha configura-se como espaço de disputa entre

a lógica predatória do capital e a resistência dos povos originários, sendo que a oposição ao arrendamento para monoculturas exige um projeto de gestão ambiental e territorial que constitui um ato contra a “degradação ambiental” (Leff, 2012). Conforme noticiado pelo Conselho Indigenista Missionário, o arrendamento perpetua a miséria das famílias indígenas e beneficia apenas grandes produtores rurais (CIMI, 2021). Logo, a resistência indígena configura-se como tentativa de reverter o “uso corporativo do território”, prática já mencionada por Milton Santos (2004), a qual subordina a vida à lógica do mercado.

Nessa perspectiva, a agroecologia emerge como práxis que resgata os potenciais ecológicos e a criatividade cultural dos povos (Leff, 2012), oferecendo caminhos para a gestão autônoma dos territórios e a soberania alimentar. Sebastião Pinheiro (2018) define a agroecologia não apenas como um conjunto de técnicas agrícolas, mas como uma ciência baseada no diálogo de saberes e na valorização dos conhecimentos tradicionais. A agroecologia se contrapõe ao modelo hegemônico do agronegócio, que se alimenta da monocultura, dos transgênicos e dos agrotóxicos, e que, conforme Pinheiro (2018), tem “fundo destrutivo, de morte, de ganância econômica”.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

A elaboração de um projeto de gestão ambiental e territorial para a Serrinha representa uma oportunidade para aplicar os princípios da agroecologia, que convergem com o “saber ambiental” (Leff, 2012). Ambas as perspectivas reconhecem a necessidade de uma “reapropriação social da natureza” (Leff, 2012), em que as comunidades locais, com seus saberes e práticas, tornam-se os principais agentes da gestão de seus recursos. Para os Kaingang, a retomada da terra ultrapassa o ato de justiça histórica, representando a condição para o resgate de sua cultura, intrinsecamente ligada ao seu território. A agroecologia, nesse sentido, oferece um caminho para essa revitalização, promovendo a segurança alimentar, a soberania, a autonomia e os saberes tradicionais em oposição à dependência imposta pelo arrendamento.

Um avanço significativo nessa direção é a criação do Grupo de Agroecologia Kaingang Sebastião Pinheiro, em homenagem ao pesquisador cuja obra denuncia os efeitos devastadores do modelo hegemônico de produção. Ao integrar o Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia e contar com o apoio da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), da Ecoterra e de outras organizações parceiras, o grupo não

apenas viabiliza a certificação da produção agroecológica e sustentável nos territórios, mas, sobretudo, promove a integração entre saberes ancestrais, conhecimento acadêmico e experiências de comercialização. Essa iniciativa materializa a convergência entre a luta territorial e a construção de alternativas produtivas que respeitam o equilíbrio entre os seres humanos e o mundo, apontando para um futuro que, como nos ensina Krenak (2022), é ancestral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

A Terra Indígena Serrinha nos convida a repensar a própria ideia de desenvolvimento. A luta dos Kaingang não se reduz à garantia do direito a um pedaço de chão, mas corresponde a um modo de vida que respeita o equilíbrio entre os seres humanos e o mundo. Ao rejeitarem a lógica da exploração predatória, eles nos oferecem “ideias para adiar o fim do mundo” (Krenak, 2019), que se revelam como uma ética de resistência e de esperança. A agroecologia praticada pelos Kaingang da Serrinha transcende a dimensão técnica e se afirma como práxis de reconstrução identitária e territorial, na qual os conhecimentos tradicionais constituem ferramentas vivas para a consolidação de um presente sustentável.

Para o avanço da temática, sugere-se o fortalecimento de parcerias institucionais que apoiem a formação em agroecologia e a certificação da produção, bem como a ampliação de pesquisas que documentem e sistematizem os saberes tradicionais e as práticas agroecológicas em desenvolvimento. No contexto do IV EIPOS, este estudo reafirma a relevância de articular a luta indígena, a Educação Ambiental Crítica e a agroecologia como instrumentos de transformação social, apontando para um futuro onde o amanhã, como diz Krenak (2020), não está à venda, mas é construído coletivamente a partir da memória ancestral e da resistência cotidiana.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

BELFORT, Susana Andréa Inácio. **Conhecimento tradicional indígena:** revitalização de expressões culturais do Povo Kaingang da Terra Indígena Serrinha/RS e da Aldeia Condá/SC. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CIMI. Arrendamento na TI Serrinha: prática criminosa incentivada pelo governo coloca em risco a vida dos povos indígenas. **Conselho Indigenista Missionário**, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/11/arrendamento-pratica-criminosa-incentivada-pelo-atual-governo-coloca-em-risco-a-vida-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio**: ensaios e documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: Ministério do Meio Ambiente (org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 25-34.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terra Indígena Serrinha. In: **Terras Indígenas no Brasil**, 2026. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4013>. Acesso em: 1 jul. 2026.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yano-mami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

PINHEIRO, Sebastião. **Agroecologia 7.0**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2018.

REPRESENTANTES DAS FAMÍLIAS Kaingáng BANIDAS DA SERRINHA. **Queremos voltar para a nossa terra da Serrinha**. Ronda Alta: Mimeo, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 2009.